



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**INCLUSÃO ESCOLAR: ENTRE PRÁXIS E DISCURSOS, O CASO (CEEIGEF)
CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA GENY FERREIRA SOUSA- PB**

LUANNA MICHAELLY SOARES RODRIGUES

CAJAZEIRAS – PB

2019

LUANNA MICHAELLY SOARES RODRIGUES

**INCLUSÃO ESCOLAR: ENTRE PRÁXIS E DISCURSOS, O CASO (CEEIGEF)
CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA GENY FERREIRA SOUSA- PB**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

ORIENTADOR: PROF. DR. ISRAEL
SOARES DE SOUSA

**CAJAZEIRAS-PB
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

R696i	<p>Rodrigues, Luanna Michaelly Soares. Inclusão escolar: entre práxis e discursos, o caso CEEIGEF (Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira) Sousa-PB / Luanna Michaelly Soares Rodrigues. - Cajazeiras, 2019. 56f. : il. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Israel Soares de Sousa. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2019.</p> <p>1. Educação inclusiva. 2. Inclusão escolar. 3. Práxis. 4. Educação de pessoas com deficiência. 5. Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira - CEEIGEF - Sousa - PB. I. Sousa, Israel Soares de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU - 376

LUANNA MICHAELLY SOARES RODRIGUES

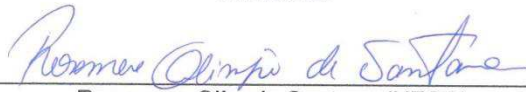
**INCLUSÃO ESCOLAR: ENTRE PRÁXIS E DISCURSOS, O CASO CEEIGEF
(CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA GENY FERREIRA) SOUSA-
PB**

Aprovada em: 14 de junho de 2019

BANCA EXAMINADORA



Israel Soares de Sousa (UFCG)
Orientador



Rosemere Olímpio Santana (UFCG)
Examinadora



Nozângela Maria Rolim Dantas (UFCG)
Examinadora

Viviane Gomes de Ceballos (UFCG)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a inclusão escolar enquanto práxis, problematizando suas relações estabelecidas com a sociedade contemporânea. No cotidiano escolar, inclusão pressupõe um ensino articulado na heterogeneidade e nas diversidades e fundamentado nas diferenças. Buscamos assim analisar os impactos da inclusão e o tratamento que a sociedade emprega a essa questão, tomando como espaço de investigação a escola (CEEIGEF) Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira, que é uma instituição discursivamente inclusiva, localizada na cidade de Sousa-PB. A instituição tem vivenciado um trabalho diferenciado a partir da inclusão e é uma referência no sertão paraibano, espaço ainda carente na concretização de políticas públicas que ampliem o acesso e permanência de pessoas com deficiência no ambiente escolar. O trabalho é um estudo de caso e para tecer as reflexões que nortearam o mesmo, usamos como referência as perspectivas de BATALLA (2009) LOPES (2011), SANCHES (2006) entre outros pesquisadores, que possuem importantes reflexões na área de inclusão.

Palavras-Chave: Inclusão. Práxis. Discurso. Educação. Deficiência.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss school inclusion as a praxis, problematizing its relations established with contemporary society. In the daily school life, inclusion presupposes a teaching articulated in heterogeneity and diversity and based on differences. We thus analyze the impacts of inclusion and the treatment that the society employs to this question, taking as research space the school CEEIGEF (Center of Special Education Integrated Geny Ferreira), which is a discursively inclusive institution, located in the city of Sousa-PB. The institution has experienced a differentiated work based on inclusion and is a reference in the backlands of Paraíba, a space still lacking in the implementation of public policies that increase the access and permanence of people with disabilities in the school environment. The work is a case study and to guide the reflections that guided the same, we use as reference the perspectives of BATALLA (2009) LOPES (2011), SANCHES (2006) among other researchers, who have important reflections in the area of inclusion.

Keywords: Inclusion. Praxis. Speech. Education. Deficiency

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1- EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENTRE O FALAR E O FAZER	13
1.1 Raízes de um discurso.....	13
1.2 O poder dos discursos.....	21
CAPÍTULO 2-ENTRE OS MUROS DO (CEEIGEF) Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira	25
2.1. O Projeto Inclusivo.....	25
2.2. Sala de Aula	31
CAPÍTULO 3- O FAZER INCLUSIVO NO (CEEIGEF) CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA GENY FERREIRA	37
3.1. A inclusão no dia a dia do CEEIGEF.....	37
3.2. Entre sonho e realidade: Inclusão e práxis no CEEIGEF.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	49

A Inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.
(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente aos meus pais, Lourdes e Marcos que juntos enfrentaram muitos desafios para que eu pudesse traçar um caminho de sucesso.

A minha irmã Luma, por sempre me incentivar e me apoiar nas minhas escolhas.

Agradeço também a minha vó Reará (*in memorian*), que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo Francisco, que ao longo desses meses me deu força para vencer essa etapa da vida acadêmica.

Ao meu orientador Israel, por todo apoio incentivo e dedicação ao longo da elaboração desse trabalho.

A instituição CEEIGEF, por contribuir com a minha formação e possibilitar a realização desse trabalho.

E finalmente agradeço a Deus, por me conceder forças para lidar com qualquer adversidade que apareça.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute o conceito de inclusão no espaço escolar, especialmente no Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira (CEEIGEF), problematizando a práxis desta escola no desafio de empreender uma educação inclusiva. Nesse sentido, não interessam apenas os aspectos teóricos, mas os operacionais usados pelos docentes e demais sujeitos da instituição para enriquecer e tornar o ambiente de aprendizagem ainda mais profícuo.

O (CEEIGEF) Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira integra um panorama de instituições que acredita que o ensino precisa abrir-se para o novo, para o improvável e descontínuo, pois é preciso sair dessa zona de mesmice, que só leva à práticas antiquadas, para trilhar novos caminhos e novas formas de aprender e ensinar, que garantam uma aprendizagem múltipla e dinâmica, luta defendido e direito conquistado pelas pessoas com deficiência que concretizou-se em lei. A escolha da escola Centro De Educação Especial Integrada Geny Ferreira como objeto de estudo se deu pela importância social que a escola tem, sendo um exemplo de luta pela inclusão diante da escassez de recursos financeiros fixos, a instituição vem conseguindo implantar um plano educacional de inclusão revolucionário, através de um ensino estruturado no convívio de alunos diversos.

A instituição denominada Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira, criada em 04 de março de 1990, foi fundada e idealizada pelo casal Geny Ferreira de Sousa e Aloysio Rodrigues de Sousa. Esta instituição foi uma reformulação estrutural e ideológica da então Escola Saci Pererê; localizada na rua Raimundo Braga Rolim,22, no bairro Dr. Zezé, Sousa-PB, CEP.58804-490.

Diante das nossas inquietações e aproximações com as vivências na escola, espaço onde estudei e que trabalho atualmente, buscamos problematizar o lugar social das pessoas com deficiência, a imagem de inclusão produzida pela escola analisada. É interessante problematizar os aspectos teóricos e metodológicos que orientam a prática pedagógica dos professores da escola em questão. Para isso foi de fundamental importância analisar documentos, como a legislação vigente e o PPP da escola, onde apareçam esses anseios, além de ouvir os relatos do corpo docente da escola.

Inclusão e exclusão são conceitos e práticas socialmente e historicamente variadas e controversas. O historiador francês Michel Foucault, em seus estudos compreende-as enquanto invenções modernas e que nem sempre existiram enquanto exercício na sociedade.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1998, p.12).

Nessa perspectiva, a inclusão é uma espécie de construção e de uma verdade concebida por instâncias ou grupos e ancoradas por um discurso. Nesse sentido, a inclusão pressupõe jogos de poder e de verdades. Uma vez que (...) “não há relações de poder sem constituição correlata de um campo de saber; nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. (FOUCAULT, 2004, p.27).

A necessidade de incluir as diversidades e as heterogeneidades surge em um contexto social marcado pela existência de sujeitos diferentes. Em uma sociedade fundamentada na diferença e nas múltiplas identidades é inviável um ensino articulado na homogeneidade, desconsiderando assim as alteridades, as diversidades e as diferenças.

A discussão acerca da temática Inclusão na Escola ganha força a partir do momento no qual se reconhece a necessidade de acomodar a pluralidade de novos sujeitos e novos tipos de alunos que surgem trazendo para as salas de aula novos anseios, novas inquietudes e novas necessidades. O respeito às novas identidades é uma das realidades que faz surgir demandas para uma educação inclusiva, pois “só construímos a nossa identidade por contraponto à existência de outros que se distinguem de nós, então a inclusividade faz todo o sentido”. (CÉSAR, 2003, p.119). Assim, é engano pensar que a inclusão é benéfica somente para os alunos com deficiência, ao contrário a inclusão traz contribuições positivas para a formação identitária de todos os alunos conviventes na escola.

Inclusão é o desejo de fazer a intersecção de alunos com necessidades específicas e múltiplas, garantindo que mesmo frente as suas aparentes limitações

eles consigam acesso a um ensino aprendizagem de qualidade e mais que isso, que as interações entre os alunos formem um conjunto heterogêneo, respeitando as especificidades de cada um, mas que garanta acesso ao conhecimento de maneira igualitária.

Dada a extensa bibliografia existente sobre o tema inclusão, percebe-se a existência de um debate acadêmico profícuo sobre o tema Inclusão, uma demanda social cara a sociedade contemporânea. Por isso, vislumbramos nessas colocações a pertinência social e acadêmica do trabalho.

Para concretizarmos nossas descobertas, dividimos o trabalho em três capítulos, sendo o primeiro destinado a discutir conceitos que nos são úteis para entendermos a inclusão nos mais variados aspectos. Contrapomos o conceito a partir da perspectiva discursiva, considerando os interesses de quem se utiliza dele. Além disso, buscamos compreender as concepções de inclusão enquanto práxis, o que respalda nossas investigações do processo de inclusão no próprio espaço escolar.

No segundo capítulo, organizamos uma descrição do espaço escolar onde a pesquisa foi realizada. Destacamos aspectos como a sua estrutura física, as pessoas que ali trabalham as práticas pedagógicas e dos eventos relacionados ao processo de inclusão das pessoas com deficiência.

No terceiro capítulo analisamos como a inclusão escolar é vivenciada na instituição, pensando aspectos que limitam uma vivência total da prática inclusiva, mas destacando as conquistas e avanços em relação à inclusão de alunos da região que outrora não tinham possibilidades de estudar por falta de escolas inclusivas.

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ENTRE O FALAR E O FAZER

1.1. Raízes de um discurso

A busca pela inclusão escolar tem sido uma luta constante na história, amparada em princípios jurídicos e filosóficos, traduzidos na busca de direitos à convivência e à educação. “O fundamento filosófico mais radical para a defesa da inclusão escolar é o fato de que todos nós nascemos iguais e com os mesmos direitos, entre eles o direito de convivermos com os nossos semelhantes”. (SARTORETTO, 2011, p.32). Nesse sentido todo e qualquer aluno, em suas diversidades, tem direito ao acesso à educação de qualidade e igualitária.

A discussão acerca da inclusão escolar é um debate social e histórico que tem adentrado os cotidianos das escolas da Educação Básica no Brasil.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência (ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica) teve durante o Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant - IBC e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES, ambos no Rio de Janeiro. (BATALLA, 2009, p.81-82).

Partindo desse pressuposto, as leis sobre a educação voltada para pessoas com deficiência já existem desde a década de 80 no Brasil. Assim sendo para entendermos o presente da educação inclusiva é preciso recorrer também ao processo histórico que a constitui. A esse respeito e relacionando com o conceito de deficiência, Diniz (2007) afirma:

A concepção de deficiência como uma variação do normal da espécie humana foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da forma. (DINIZ, 2007, p.08).

Os termos e suas respectivas concepções que orientam a discussão acerca da inclusão foram construídos e concebidos de acordo com cada momento histórico; essas construções vão criando sentidos e muitas vezes aprisionando e impedindo

que se reflita acerca das elaborações conceituais e discursivas que envolvem a inclusão.

Sabe-se que “no Brasil, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão”. (BATALLA, 2009, p.79). Assim, a evolução do ensino inclusivo é contínua. No ano de 2011 foi regulamentado o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este foi definido, no Decreto nº 7.611/ 2011, como um conjunto de ações sistemáticas que visam complementar (dar uma ênfase, continuação e reforço, nesse caso é quando dentro da sala de aula já está ocorrendo ações que visem atender o público alvo do AEE) ou suplementar (nesse caso visa suprir as carências advindas de um ensino que não privilegia o público alvo do AEE) as ações desenvolvidas em classe. É um atendimento que devido a especificidade da criança, adota práticas pedagógicas e recursos que visam facilitar o desenvolvimento educacional dos alunos, e assim assegurar condições para o educando continuar na escola interagindo e aprendendo.

Nesse sentido é importante destacar os termos Educação Especial e Educação Inclusiva, que muitas vezes são alvo de confusão e generalização.

A educação especial é uma modalidade de ensino previsto na Lei de Diretrizes e Bases. Nesse contexto as modalidades de ensino surgem e são destinadas as pessoas que por algum motivo foram ou estão excluídas da escolarização, ou ainda para quem não conseguiu estudar quando jovem ou ainda para quem não teve oportunidades de acesso à escola no passado. Essa modalidade de ensino prevê o convívio entre alunos com e sem deficiência, a partir da elaboração de uma educação voltada para todos. Mas que na prática não se aplica, pois o programa é pensado para a pessoa com deficiência e a sua inserção em sociedade sem pensar construção de uma inclusão a partir da heterogeneidade. Assim sendo ela se coloca como uma concepção de ensino mais limitante.

Pensando e articulando dispositivos para atender a alunos com deficiência a educação especial não resulta uma educação pautada no convívio entre alunos com deficiência e discentes sem deficiência, o que gera o maior número de crítica em torno dessa modalidade de ensino. Nesse ponto reside sua diferença com a Educação Inclusiva, que enquanto sistema de educação prevê um ensino articulado a sala de aula comum e regular com os pilares da educação especial, sem

separação. Por isso, “a Educação Inclusiva tem como pressuposto o paradigma educacional da ‘Escola para todos’. Assegura igualdade de oportunidades, aceita a diversidade, trabalha na heterogeneidade”. (BATALLA, 2009, p.79)

Diante disso, é relevante destacar que não existe consenso em relação ao conceito de inclusão, sua abrangência e sentidos são motivos de discordâncias entre várias correntes de pensamento. Mas, a inclusão enquanto discurso mobiliza várias compreensões e remete a outras palavras e enunciados com suas respectivas concepções. Assim, o conceito de inclusão envolve sentidos, significados e atribuições uma vez que,

no contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para quem não deseja mudança, ele equivale ao que já existe. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão estão práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes. (MENDES, 2002, p. 70):

No cotidiano escolar, inclusão pressupõe um ensino articulado na heterogeneidade e nas diversidades e fundamentado nas diferenças, que desemboca do fato de que se a sala de aula é uma janela aberta para o mundo e para a sociedade e ambos são multifacetados, não faz sentido uma prática de ensino e aprendizagem distante das necessidades dos alunos.

Assim, compreendemos a inclusão como um desejo de fazer a intersecção de alunos com necessidades específicas e múltiplas, garantindo que mesmo frente as suas aparentes limitações eles consigam acesso a uma aprendizagem integral e de qualidade; e, mais que isso, que a miscelânea de alunos forme um conjunto heterogêneo nas suas especificidades e de acesso igualitário ao conhecimento.

Garantir a acomodação e a efetiva participação do aluno no cotidiano da escola, fazendo-se sujeito ativo e participativo da produção do conhecimento é o grande objetivo da inclusão escolar. Dessa forma, incluir é operacionalizar as necessidades do aluno, de modo que ele não seja um elo perdido na atmosfera escolar. “A inclusão traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade.” (MACIEL, 2000, p.52). A igualdade oferecida pela inclusão prevê um

acesso igualitário e democrático ao conhecimento escolar, mesmo que seja em ritmos diferentes e irregulares, pautado no diálogo e convivência das diferenças.

Não é desejo dos princípios inclusivos disfarçar as deficiências dos discentes, ao contrário é reconhecendo essas particularidades que a inclusão pode promover atividades de englobar todos em um só sistema. Considera-se que, “não se compreende, hoje, uma Educação especial para uma fatia de crianças jovens, não se compreende que seja necessário separar as pessoas para educá-las, para ensiná-las a viver com os outros, para juntá-las depois”. (SANCHES, 2006, p.68). A inclusão não se faz na delimitação de territórios, para cada aluno. Não há sistematização e nem separação no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, pelo fato de que a inclusão acontece quando as deficiências e as não-deficiências se mesclam e se juntam para a aquisição dos saberes e para socialização de sujeitos outrora escondidos em casa.

As demandas do ensino inclusivo nos obrigam a repensar, inclusive, a própria concepção de ensino, tendo em vista que “O modo como os professores entendem o que é ensinar afeta grandemente o que efetivamente fazem na sala de aula” (HIRST, 2001, p.65-66). Assim, toda prática escolar é regida por concepções de ensino e de fazer docente, dessa forma alterar as formas de ensinar e se fazer aprender requer uma reorientação de perspectiva, constituindo-se enquanto práxis.

Conforme Glat e Nogueira afirmam,

Vale sempre enfatizar que a dimensão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLAT e NOGUEIRA 2002, p. 26)

A relação entre docente e discente, assim como a criação de espaços especializados, deve ser imprescindível para a reorganização desses projetos, isto é, o sistema de ensino tem que ser bem planejado, bem pensado e, sobretudo, colocado em prática da melhor maneira possível para que a educação inclusiva aconteça com sucesso em nossas escolas.

A implementação da inclusão na sala de aula não depende exclusivamente do professor ou do governo, tem que haver uma integração da família, da comunidade e de toda a escola, pois é do processo de fortalecimento e da articulação dos diversos atores sociais é que a inclusão poderá acontecer. O aluno com deficiências específicas necessita de compreensão, apoio e principalmente, ser olhado como um ser capaz de aprender, até porque ele também desenvolve suas habilidades motoras e cognitivas.

Falar em inclusão nas escolas implica superar caracterizações de diferença e normalidade. Estas já trazem consigo uma carga de sentidos para o conceito de inclusão enquanto discurso. Para Anjos (2009, p.119):

A concepção de normalidade pode ser organizada em dois grupos. O primeiro recusa o conceito, questionando a ideia de normalidade; desse ponto de vista, não existem normais, ou cada um só é normal até certo ponto. O segundo assume a existência de uma normalidade. Para alguns professores, normalidade tem relação com a aceitação pelo outro, fazer coisas comuns, participar, interagir, brincar.

Nessa perspectiva, entende-se normalidade a partir de dois conjuntos de compreensões academicamente discutidas e que são distintas. O primeiro discute normalidade a partir de um repensar conceitual e epistemológico, criticando a própria existência de sujeitos enquanto normais e anormais, nos levando a pensar se existe pessoas normais e anormais, uma vez que na verdade o que existe são pessoas diferentes com características e potencialidades próprias. Já a segunda compreensão perpassa a normalidade a partir de uma necessidade de aceitação e interação e é a que mais se aproxima da noção que normalmente se tem nas escolas, mesmo que não seja uma verdade e precisa ser repensada, acerca da inclusão. Cabe salientar que a primeira compreensão de normalidade é a qual orienta este trabalho.

A noção de inclusão também é questionada por diversas correntes de pensamento, conforme nos aponta Anjos (2009):

A concepção de inclusão também aparece em duas formas básicas: como processo e como produto. Ao ser definida como processo, inclusão implica tentativas, erros e acertos de todas as

peças envolvidas; ao ser definida como produto acabado, cabe às pessoas aceitá-la ou não. Faz-se essa distinção porque, conforme o falante compreenda inclusão como processo ou produto acabado, como fruto da ação humana ou como coisa dada, estará pressuposta ou não a possibilidade de interferir nela. Dentro do primeiro termo dessa oposição, emerge outra, na qual a inclusão aparece como um processo que ocorre com os outros ou como um processo que envolve o falante. No primeiro agrupamento, incluir é algo externo ao falante, ele próprio entendendo-se como “incluso” e sentindo-se responsável pela tarefa de incluir outras pessoas. No segundo, ele se entende como parte do processo, como na seguinte fala. (ANJJOS, 2009, p.120)

Diante dessa perspectiva, encontramos a inclusão percebida de duas formas distintas como processo e como produto. Enquanto processo, a inclusão envolve prática, escolhas, tentativas e ações para fazer acontecer a tão buscada interação dos diferentes. Esta difere da inclusão enquanto produto. Inclusão como produto se mostra como algo findo, pronto e concluído. Pronto para ser executado. Assim, cabe apenas ao professor e a escola efetivar a inclusão, sem mais debates ou reflexões já que esta é concluída e pronta enquanto condição. Compreendemos que, diante da complexidade do cotidiano escolar, a concepção de inclusão como processo se encaixa mais à realidade, uma vez que sempre estamos desconstruindo e reconstruindo e ideias e prática sobre os fenômenos escolares.

Já ao pensar inclusão como discurso, temos que atinar para seus lugares de produção e significação, já que

os processos de produção de sentidos acerca da experiência da inclusão, deve-se levar em conta que tal processo incorpora o fazer/pensar concreto dos professores em sua rede de relações; aponta, portanto, elementos muito mais significativos para uma análise do processo inclusivo do que simplesmente comparar o que deveria ser a inclusão (em modelos de outros países ou em textos de referência) com o que se está fazendo de fato nas escolas. Isso porque, em tais modelos de pesquisa, a práxis indefectivelmente perde: ela nunca consegue alcançar aquilo que é pensado como teoria. (ANJJOS, 2009, p.118).

Desse modo, a inclusão enquanto discurso perpassa a experiência dos atores da escola, que vivenciam suas práticas e buscam, estando assim divididos entre a

prática e a idealização, no sentido de alimentar uma concepção a respeito de inclusão, que nem sempre se verifica na prática. E nesse jogo, pode haver perdas e ganhos de significação, ao passo que a ideia de inclusão pode se aproximar ou distanciar da idealização mantida pela escola e professores. O mais instigante é que o discurso ou a concepção que se pretende sobre o processo de inclusão nas escolas seja perpassada pelos fazeres cotidianos, constituindo assim uma práxis inclusiva, na qual os sujeitos vivam e pensem limitações e possibilidades de inclusão, diagnosticando, discutindo, reavaliando e redefinindo estratégias de socialização dos alunos com deficiência. Esta concepção de inclusão orienta as discussões neste trabalho.

Quando se discute inclusão enquanto discurso, que é fundamental para se pensar a inclusão na prática é necessário delimitar ou refletir acerca deste termo. Assim, vale salientar que “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (...)” (FOUCAULT, 1986, p.135). A perspectiva de Foucault nos é bastante útil ao refletir inclusão enquanto produção e construção, principalmente o que ele chama de arqueologia dos saberes.

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alegórica”. (FOUCAULT, 1986, p. 159)

Foucault problematiza os discursos e acredita que estes são construções históricas socialmente e temporalmente localizadas. Fazendo isso ele questiona a ideia de verdade absoluta, uma vez que os discursos estão envolvidos em relação de poder e saber, construídos e forjados por grupos interessados, atravessados

assim por jogos de poder. Nesse sentido, é importante pensarmos a educação inclusiva e especial que estamos vivenciando na atualidade.

Segundo Do Nascimento (2007), assim como quaisquer outros, os discursos sobre inclusão precisam ser questionados

seja nas tentativas de apropriá-la como uma “categoria universal”, o que é falso, pois sua subjetividade e sua relatividade esgotam os procedimentos operacionais, seja na designação de um locus de intervenção institucional, como nas escolas, nas famílias, nos hospitais, nos presídios, nos sindicatos, nos partidos políticos, nas igrejas, nos movimentos sociais dentre outros agrupamentos possíveis criados e adequados na sociedade moderna. (DO NASCIMENTO, 2007, p.302)

Partindo deste pressuposto percebemos a necessidade de repensar discursos que conferem ao sentido de incluir um sentido universal, que acaba esvaziando de sentido as ações referentes aos processos inclusivos, uma vez que o termo inclusão possui especificidades e pode ser feita de iniciativas diferentes dado aos lugares nos quais ela acontece como escolas, hospitais e espaços sociais diversos.

Seguindo essa lógica, da complexidade dos espaços e situações sociais, Do Nascimento (2007) nos faz pensar em inclusões e não em uma inclusão única e pautada na generalidade. Para ele

tais discursos podem estar associados ou não a outros aspectos como gênero, raça, regionalidade, minorias sociais, deficiência, desemprego, analfabetismo. Entretanto, demarcam sempre um determinado grau de seletividade que enfatiza a diferença pelo preconceito, como estratégia de segregação social, visando, constantemente, a uma exposição coletiva ou individual. Assim, uma sociedade se caracteriza, historicamente, pela falsa idéia de que “todos são iguais”, portanto “todos são detentores dos mesmos direitos”. A contradição desses discursos começa a ser evidenciada pelas estruturas institucionais que compõem diferentes formas de organizações das sociedades, desde os gregos até a atualidade. (DO NASCIMENTO, 2007, p.302)

Nesse sentido, ao falarmos de inclusão precisamos especificar e demarcar o lugar de atuação dos agentes inclusivos, imprescindíveis nos processos, além dos espaços de inclusão e exclusão. No entanto, verifica-se que há algo comum nos

discursos sobre inclusão, pois eles demarcam sempre algum tipo de diferença, marcado pela exclusão.

Assim, é urgente que haja uma revisão do que está sendo cumprido no quesito de incluir, com o que ainda precisa ser trabalhado, ou seja, no campo da luta contra a exclusão na sala de aula, existem os que apenas cumprem os pressupostos e os que sonham e idealizam um novo cenário na inclusão educacional brasileira.

1.2. O poder dos discursos

Os discursos que associam inclusão à necessidade de superar a segregação social trazem uma contradição para a nossa sociedade atual, pois está estruturada em uma Constituição que busca assegurar direitos e oportunidades iguais para os cidadãos, mas que na prática apresenta obstáculos e desafios que são difíceis de superar, se pensarmos, por exemplo, como equilibrar igualdade de direitos e respeito às diferenças. Se pensarmos o ambiente escolar nessa perspectiva, veremos que “dentro dos sistemas introduz-se um paradoxo: a disciplina, que tende a nivelar reduzindo tudo a ‘normalidade’, gera, por sua vez, individualidades”. (DÍAZ, 2012, p.142). Desse modo, os recursos normativos da inclusão, muitas vezes, têm buscado criar um ambiente de normalidade e ordem, mas acabam construindo uma individualidade, ou seja, acaba criando diferenças.

Atualmente, a preocupação maior nas escolas, no que se refere à inclusão, é atender os alunos deficientes para que eles possam interagir no ambiente escolar. Não se discute a origem das exclusões e desse modo fala-se em inclusão sem questionar o processo de produção social da deficiência (DINIZ, 2007, p.32).

Pedagogicamente, os discursos e as investigações sobre inclusão não têm se aprofundado e nem se preocupado em questionar a realidade e os problemas enquanto construção. Desse modo,

não se situa a exclusão no interior dos processos pedagógicos; ela é entendida como própria do sistema, e este entendido como externo ao fazer pedagógico. Dedicado a criar melhores condições de aprendizagem para os alunos, o professor pode atribuir a si mesmo (e ao próprio despreparo) e ao aluno (e à deficiência que lhe é integralmente atribuída) certos fracassos, deixando de perceber suas relações com mecanismos estruturais de exclusão. Para que ocorram de fato processos inclusivos, é necessário detectar e enfrentar os processos excludentes, dos

quais o professor é vítima e também pode ser promotor, se não se der conta disso. (ANJOS, 2009, p.128)

Assim, tem-se uma tendência em naturalizar a exclusão, o preconceito e as diferenças na escola. A busca por condições ideais de aprendizagem para os alunos, secundariza a relevância do papel do professor em buscar compreender as relações que instituem a exclusão.

Desse modo, enfrentar o desafio de promover a inclusão na escola é primeiramente enfrentar a exclusão, compreendendo suas raízes. E nesse meio, o papel do professor é fundamental. Nas discussões que se ocupam em pensar as formações discursivas a respeito da inclusão alguns defendem que

Os principais embates evidenciados no discurso são: o enfrentamento entre inclusão entendida como processo ou como produto, embate que, no limite, definirá a maior ou menor participação e intervenção dos professores nos processos inclusivos; os sentimentos caracterizados como de crise, os quais podem levar a elaborações que modifiquem o fazer pedagógico e o projetem para além do espaço escolar. (ANJOS, 2009, p.127).

A partir dessa afirmação compreendemos que os discursos que sustentam a inclusão como produto reduzem a ação criativa e dinâmica do professor na busca pela inclusão dos seus alunos. Isso porque, entendida enquanto produto, a inclusão é algo pronto sem necessidade de debates e investigações para se alcançar melhores resultados. Percebida e vivida enquanto processo a inclusão desperta à busca constante e a inquietude da mudança e criação.

A partir da análise dos discursos sobre inclusão percebemos como a educação é um campo de controle e poder.

Recortando a história, em passagens, destaca-se a educação como um dos meios tecnológicos mais eficientes de domínios e controles, cujos propósitos têm que ser compreendidos não só no universo limitado das práticas pedagógicas, mas, acima de tudo, como um campo de convergência de ordens, nem que não sejam cumpridas, destacando-se, que, enquanto um meio, o Estado intervém não em nome de uma educação melhor ou pior, mas como um campo gerador de outros interesses e doutrinador da ordem social estabelecida, sob a tutela da “guarda” por algumas horas do dia. (DO NASCIMENTO, 2007, p.303)

Historicamente a forma de conceber e de fazer educação é uma forma de moldar posturas, produzir sentidos e subjetivações humanas e sociais. Toda prática pedagógica é carregada de interesses tendo objetivo de formar determinadas consciências. Nesse sentido, nos mais diversos espaços sociais, são vivenciadas relações de poder que influenciam diretamente na forma de pensar e agir das pessoas e, no caso da inclusão, não é diferente, ela imbrica as pessoas a (re)pensarem e modificarem posturas e ações em relação às pessoas com deficiência. “As forças do poder definem-se por sua capacidade de afetar os outros. Estes, por sua vez, têm capacidade de resistência”. (DÍAZ, 2012, p.126). Assim, as relações de poder se caracterizam por uma atitude ativa, de induzir, criar e moldar, atuando sobre o outro. Podendo os sujeitos apresentar resistência, através do cuidado de si.

Está cada vez mais recorrente pensar sobre inclusão, no entanto “(...). A força política atribuída a essa palavra parece ter se enfraquecido, em meio a seus usos tão enfraquecidos, em meio aos seus usos tão variados e, muitas vezes, tão pouco cuidadosos quanto ao seu potencial articulador de governamentalidade”. (LOPES, 2011, 286). Nesse sentido, a inclusão também poder ser pensada como um imperativo do estado e um artifício por ele conduzido. No entanto, destaca que esta vem perdendo sua conotação política dado ao uso aleatório da palavra.

A forma de perceber a inclusão e de lidar com suas demandas não são desinteressadas, muito menos neutras possuem ideários e relações envolvidas.

Nesse sentido, os ideais dos discursos sobre a inclusão se desdobram, no momento atual, numa relação de mercado (acesso aos bens de consumo) e de direitos, inerente a um grupo de indivíduos determinado, posicionado na sociedade, como grupo em “risco social”. Isso deve ser compreendido numa seqüência de elementos conjunturais que determinam essa especificidade “risco”, possibilitando interferir de forma pontual, não nas necessidades desse grupo social, menos ainda, no sentido de solucioná-la, mas de amenizar, apaziguar o caos que começa a despertar, no interior da sociedade, agora não mais envolvendo um determinado grupo, mas dimensões mais amplas, regadas por medo, receio, ira; simpatizantes e contrários que exigem determinadas intervenções do Estado nos moldes já enunciados, visando sempre penalidades. (DO NASCIMENTO, 2007, p.304)

Assim, o discurso cria para a inclusão a tarefa de atender e contemplar determinadas pessoas que compõem o chamado risco social. Essa realidade confere à inclusão uma necessidade pontual e particular de atender as necessidades dos alunos deficientes. Os discursos sobre a forma de fazer inclusão estão perpassados por poder, sabemos que “o poder circula por retículas cujas forças ativas e reativas mobilizam-se e cruzam-se em pontos que se fixam os indivíduos em seus postos”. (DÍAZ, 2012, p.126). Assim os dispositivos de poder tendem a restringir os sujeitos a um ditame de cumprimentos e acatamentos, ou seja, cada indivíduo tem consciência de suas obrigações.

No entanto, “(...) nem todos aqueles que chamamos de excluídos são propriamente excluídos, pois estão incluídos na dimensão política do reconhecimento de sua existência por parte do Estado”. (LOPES, 2011, 286). Coloca-se em suspeição a ideia de indivíduos totalmente excluídos, visto que esses mesmo à margem de alguns benefícios sociais ainda permanecem considerados na esfera política, evidenciado no seu direito de voto e livre escolha.

Os discursos acerca da inclusão são perpassados por poder, uma vez que “o poder não tem como única finalidade a repressão (...). Para Foucault, o poder, mais que repressor, é produtor de realidades; mais que ideologizar, produz verdade”. (DÍAZ, 2012, p.126) A grande inovação da analítica de Foucault, nesse campo, é pensar o poder como um exercício positivo e não unicamente repressor. Nesse sentido o poder cria e estabelece verdades, além de fabricar e construir sujeitos.

As construções discursivas acerca da inclusão são relevantes e precisam ser investigadas, uma vez que percebemos que há uma ideia, ou várias ideias, e uma concepção de termos que norteiam a inclusão e sua ideia veiculada na sociedade, validada e legitimada pelos professores e escolas em geral.

Assim, a inclusão pode ser pensada como discurso construído e elaborado. “Nesse modo de operar do discurso, os saberes relativos à inclusão são dados como já constituídos devendo ser entendidos e aplicados pelos profissionais da escola; não aparecem, portanto, como projeto a ser construído”. (ANJOS, 2009, p.119). Desse modo, a inclusão como reocupação ela surge em um determinado momento como uma elaboração e atualmente ela é dada como algo pronto e acabado, com a impressão que caba apenas promover a discussão, sem refletir que tipo de inclusão será posta na prática.

2. ENTRE OS MUROS DO (CEEIGEF) Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira

2.1. O Projeto Inclusivo

O Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira (CEEIGEF), nasce como um projeto pessoal, mas de cunho social da senhora Geny Ferreira. No ano de 1990, com recursos próprios Geny Ferreira comprou um imóvel para abrigar o projeto que tem início com o nome escola Saci Pererê, uma alusão ao personagem folclórico que é percebido como um menino diferente, pois lhe falta uma perna, mas não diminui em nada sua capacidade de agir e movimentar-se em seu espaço como tantos outros sujeitos da mata, como a Cuca, por exemplo, segundo a tradição folclórica brasileira. Em 1992 o projeto ganhou força e nasceu efetivamente o CEEIGEF.

Atualmente, a instituição oferece ensino da pré-escola ao Ensino fundamental dos anos finais. Não dispõe de oferta de transporte público para seu público, mas garante merenda gratuita e de qualidade para todos os seus alunos. A escola possui cinco salas de aula, um laboratório de informática, uma biblioteca, uma cantina, uma sala de professores, uma diretoria, um depósito de materiais e um pátio amplo.

Normalmente o gestor de uma escola inclusiva, entre os outros sujeitos, é peça fundamental, para o sucesso da proposta pedagógica. De acordo com Sant'ana (2005):

esse profissional precisa ser atuante, promovendo ações que envolvam o acompanhamento, discussões e avaliações em conjunto com os participantes do projeto educacional, a fim de exercitar as dimensões educacional, social e política, inerentes à sua função. (SANT'ANA, 2005, p. 229).

Assim, Geny Ferreira além de fundadora está à frente de iniciativas como planejamento, discussões e avaliações coletivas a respeito das práticas pedagógicas na escola. A gestora criou o projeto educacional do Centro e instiga os esforços dos docentes e funcionários em geral cotidianamente para manter ativo e vivo esse projeto de uma escola plural e inclusiva.

Nascida na zona rural de Santa Cruz-PB, a sétima dos nove irmãos, Geny Ferreira mudou-se há quarenta e seis anos para Sousa. Na juventude, atuou no Teatro Estudantil do Colégio André Gadelha, onde estudou. Trabalhou nos hospitais: Pronto Socorro, Casa de Saúde e Santa Terezinha.

Figura 1: A fundadora da Escola CEEIGEF



Fonte: Arquivo Pessoal de Geny Ferreira, 2017.

Por vinte e seis anos atuou como bancária, no antigo Paraibana, Banco Real e por último Banco Santander. Mãe de seis filhos biológicos e uma filha adotiva orgulha-se de dizer que os seis mais velhos tomaram gosto pelos estudos, todos graduados em universidades públicas, e trabalha para que em breve, a caçula complete este mesmo caminho.

Antes do CEEIGEF, Geny já fazia parte dos movimentos sociais, em apoio a associações de bairro, movimento negro, entre outros. Em 1990 fundou a Escola do

Saci Pererê, uma escola de pequeno porte que se tornou, anos depois, precursora da educação inclusiva no sertão paraibano.

Há 15 anos desligou-se da instituição bancária para cuidar integralmente do seu projeto, já nomeado CEEIGEF. Além do centro, continua ativa nas ações sociais da cidade, fazendo parte da Associação Natal Diferente.

Somente neste ano, Geny já mudou a realidade de mais 100 funcionários e deu oportunidade de estudo para 1.500 alunos de Sousa e região, entre elas, crianças com deficiências. Com o crescimento do CEEIGEF e a falta de espaço para abrigar a todos, a educadora iniciou em 2015 a construção de uma nova sede, através de doações, rifas, eventos e campanhas. Hoje, busca realizar mais esse passo para a evolução do seu projeto.

A tarefa que o CEEIGEF tomou para si é muito desafiadora e, no início, não era vista com confiança naquele contexto de criação, nos anos de 1990. A sociedade sousense percebia com reservas a ideia de educar no mesmo espaço alunos com deficiência e sem deficiência. Assim, a escola enfrentou muito preconceito pelo seu projeto e pela forma como ela aparece na cidade enquanto instituição.

O CEEIGEF foi o primeiro projeto de escola inclusiva da cidade de Sousa-PB e uma das vanguardas na Paraíba, assim foi necessário enfrentar muitos desafios. O projeto inclusivo do CEEIGEF, na perspectiva da própria fundadora, tem objetivo de educar e incluir. O desejo é fazer uma educação pautada na diferença, mas uma diferença que reconhece todos iguais em direito. Nesse sentido, a instituição pensa um conceito de diferença aliado ao de igualdade.

O CEEIGEF é uma instituição sem fins e sem permissão lucrativa, para se manter a escola conta com doações de pessoas físicas, entidades e políticos da região. A escola planeja o ensino inclusivo desenvolvendo materiais específicos e buscando ampliar a capacidade de atendimento e acolhimento de alunos na escola.

Para arrecadar recursos financeiros para a manutenção, a escola realiza com frequência eventos e festas com fins de obter dinheiro para as demandas. A escola realiza também um trabalho de conscientização social relevante, através de campanhas e circuitos de debates e esclarecimentos em momentos estratégicos como Semana da Deficiência, Semana da Inclusão, Semana do Combate ao Autismo etc. Anualmente, entre os dias 21 e 25 de agosto o CEEIGEF promove a

Semana da pessoa com deficiência, evento que visa conscientizar a sociedade e a comunidade escolar e mostrar as habilidades dos discentes, independente de suas limitações.

Figura 2: Semana da Pessoa com Deficiência



Foto: Jackson Queiroga, 2017.

O projeto inclusivo do CEEIGEF é pautado na busca de considerar as subjetividades de cada aluno com deficiência e sem deficiência e em um ensino realizado na diversidade. O objetivo da escola é preparar cidadãos para exercer seus direitos e deveres na sociedade. A escola deseja dar visibilidade a voz das minorias, através de uma formação de qualidade. De acordo com Sant'ana (2005):

É sabido que os fundamentos teórico metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências. (SANT'ANA, 2005, p. 227)

A escola em questão tem a inclusão no centro de suas metas, mas não esquece outros objetivos pedagógicos como ler, escrever, interpretar e relacionar. A instituição busca um ensino libertador e formador, capaz de formar cidadãos de formação teórica sólida e com capacidade de agir socialmente.

O currículo para uma escola inclusiva, entretanto, não se resume apenas a adaptações feitas para acomodar os alunos com deficiências ou demais necessidades especiais. A escola inclusiva demanda uma nova forma de concepção curricular, que tem que dar conta da diversidade do seu alunado. (GLAT, 2004, p.2)

Diante dessa perspectiva, é importante considerar a organização curricular do CEEIGEF, que inclui uma aprendizagem criativa e dinâmica dos conteúdos normativos obrigatórios, mas que prevê também um ensino pautado em atividades lúdicas, capazes de provocar a atuação, interação e ação dos alunos.

Além de aprender ler, escrever, contar os alunos do CEEIGEF se engajam em projetos de canto, dança e artes com o objetivo de se inserir nas mais distintas atividades e fazer brotar seus potenciais que muitas vezes passam despercebidos.

Muitos alunos chegam ao CEEIGEF sem ter nenhum contato com outros grupos sociais que não seja a família e muitas vezes a escola precisa fazer um forte trabalho de socialização com a criança. Muitas vezes esse trabalho perpassa, inclusive, o diálogo com a própria família das crianças e adolescentes, que eventualmente podem oferecer resistência em aceitar a deficiência.

Figura 3: Jogos educativos e materiais elaborados pelos próprios alunos.



Foto: Jackson Queiroga, 2015.

O CEEIGEF promove uma reconceituação de ensino e sala de aula, investe em perspectivas filosóficas para a educação em um novo sentido, que a legitime perante as necessidades dos alunos e da realidade. “Para recriar este novo sentido para o trabalho escolar, três orientações me parecem fundamentais: estimular o gosto pelo ato intelectual de aprender, aprender pelo trabalho e exercer o direito à palavra”. (CANÁRIO, 2006, p.20). A escola estimula a curiosidade e o desejo de aprender e agir no mundo e nessa tarefa a função dos professores é fundamental. Os professores do CEEIGEF são profissionais com formação na área de educação, a grande maioria é graduada em pedagogia, mas não necessariamente em alguma formação específica na área de inclusão.

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes dêem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional. (SANT'ANA, 2005 228).

No Centro Educacional Integrada Geny Ferreira o projeto de inclusão elaborado pela diretora é compartilhado e incrementado por todos os docentes e funcionários em geral, que atuam em conjunto firmando uma parceria de atuação efetiva e dinâmica, no sentido de melhorar a qualidade do ensino oferecido pela escola, diante de tantos obstáculos entre eles, o financeiro.

O que o CEEIGEF faz em Sousa-PB é a construção da proposta de uma nova educação, o que pressupõe a emergência de novas bases, objetivos e propostas, que buscam um ensino de qualidade, atento ao projeto inclusivo de educação. Esta escola é fruto de um repensar sobre ensino e educação. Essa reconfiguração se deu a partir da reinvenção da organização escolar, que pressupõe a busca de uma reforma nos pilares, na organização e nas articulações da instituição escolar. Assim, a escola em questão tem pilares pautados na educação inclusiva e diferentes da maioria das escolas municipais e estaduais do município. O CEEIGEF se faz baseado no pilar da igualdade, na certeza de que toda criança e jovem tem direito a frequentar uma escola, mesmo diante dos abismos sociais e das deficiências.

2.2. Sala de Aula

O CEEIGEF conta com mais de 1500 alunos, matriculados e frequentes na escola, dos quais 15 % deste são (PNEEs) Pessoas com Necessidades Educativas Especiais. Atendendo educação infantil e fundamental, nos turnos manhã e tarde. A escola conta com problemas de estrutura e de acomodação, uma vez que suas salas ainda são poucas para atender quantidade de alunos.

A escola é dirigida por Geny Ferreira e Antônio Almeida Benevenuto, diretores gerais. Além disso, conta com uma coordenadora pedagógica Cleude Xavier de Andrade.

As salas de aulas do CEEIGEF são constituídas de alunos diversos, advindos da própria cidade de Sousa e de cidades circunvizinhas. O público é diverso em termos sociais, econômicos etc. Além disso, as deficiências também são diversas.

Figura 4: Ensino Fundamental do CEEIGEF, 2018.



Arquivo pessoal de Geny Ferreira

Figura 5: Sala de aula do CEEIGEF, 2018.



Arquivo pessoal de Geny Ferreira

Tabela 01: Quantitativo de alunos com deficiência

DEFICIÊNCIA	NÚMERO DE ALUNOS
AUTISMO	22
RETARDO MENTAL	30
CADEIRANTE	08
<i>SÍNDROME DE DOWN</i>	23
<i>SURDEZ</i>	32
CEGUEIRA	03

A escola atende alunos cegos, cadeirantes, autistas e com diagnóstico de retardo mental leve e grave. A escola também atende crianças e adolescentes com

deficiências físicas e intelectuais, que estudam em salas de aula com crianças e adolescentes sem deficiência, o que estimula o processo de socialização e aprendizagens de ambos.

O público discente da escola é heterogêneo. A diretora privilegia as famílias com menor poder aquisitivo, aqueles alunos que diante a sua condição econômica, teriam mais remota a chance de frequentar uma escola inclusiva. Enfim, nas salas de aula do CEEIGEF encontramos alunos que apresentam dificuldades de aprender em salas de aula de escolas comuns e famílias em situação financeira vulnerável.

A formatação das salas de aula, baseada na diversidade não é um problema para as crianças. A fundadora Geny Ferreira afirma que o preconceito parte mais dos adultos, pais e familiares do que dos próprios alunos que convivem em sala de aula com as crianças com deficiência.

A questão de os alunos possuírem características diferenciadas, particularidades, cria novas exigências para o ensino do CEEIGEF e conseqüentemente para o mestre que lá trabalha. Essa conjuntura evidencia ainda mais a inadequação do público do CEEIGEF a um ensino pautado na mesmice, que não inova e nem descortina novos horizontes. Por isso, cotidianamente, as atividades são enriquecidas com metodologias e estratégias que buscam promover um ensino ao alcance de todos. As metodologias são baseadas em aulas fluídas na ludicidade, são usados jogos durante as aulas. Além disso, são adotadas metodologias de trabalho coletivo nas quais os próprios alunos se ajudam mutuamente, por compreender-se que a fala e a explicação de colegas podem ajudar outros a compreenderem melhor os assuntos debatidos em sala de aulas.

Figura 6: Diversidade nas salas de aula.



Foto: Jackson Queiroga, 2016.

A própria concepção do aluno no CEEIGEF é particular. O aluno é percebido como um sujeito de ações, com capacidades, mas que tem demandas específicas, que precisam ser consideradas na sala de aula e no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos desta escola não enxergam na escola CEEIGEF um espaço de controle, de pesada responsabilidade. Os alunos não percebem a atividade de estudar como algo extremamente penoso, mas sim como algo divertido e atraente.

Figura 7: Alunos do CEEIGEF.



Foto: Jackson Queiroga, 2016.

Por tudo isso, o CEEIGEF possui particularidades e a coloca em um lugar diferente de muitas escolas. Em uma sociedade fundamentada na diferença e nas múltiplas identidades, o CEEIGEF pensa ser inviável um ensino articulado na homogeneidade, desconsiderando assim as alteridades, as diversidades e as diferenças. Muitas escolas, diferente do CEEIGEF, tem se mostrado resistentes a “Abrir-se para o outro, para o diferente, para o estranho, para o estrangeiro, para o não- sabido, o não – pensado, o não-valorado” (ALBURQUERQUE, 2010, p.09). O CEEIGEF luta para colocar em perspectiva o diferente e o singular.

3. O FAZER INCLUSIVO NO (CEEIGEF) CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INTEGRADA GENY FERREIRA

3.1. A inclusão no dia a dia do CEEIGEF

A ideia de inclusão no CEEIGEF se manifesta diariamente do desejo e na ação de educar e formar cidadãos, sejam eles pessoas com ou sem deficiência. Nessa perspectiva, nas salas de aulas encontram-se alunos deficientes convivendo com alunos não deficientes.

Parte-se da ideia de que as escolas inclusivas “devem ser estudadas como transmissoras de códigos culturais que denunciam as percepções humanas, bem como a forma de compreensão sobre a deficiência em nosso sistema cultural”. (FERREIRA, 2007, p.548). O que revela que a escola citada possui uma concepção de inclusão definida, que se manifesta na própria forma de ensinar e lidar com seu público.

Nas páginas do Projeto político Pedagógico da escola encontra-se a concepção de inclusão que norteia a ação pedagógica na instituição:

A inclusão não atende apenas ao PNEE e ditos normais, mas também, os excluídos ou discriminados, incluir significa oferecer educação igualitária com qualidade, destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, melhoria da qualidade de vida e conhecimento, e a participação do cidadão na transformação cultural do meio.

Partindo da análise dessa afirmação pode-se inferir que o desejo de inclusão do CEEIGEF não é apenas burocrático e institucional, não é somente uma obrigação de corresponder às exigências dos documentos oficiais dos Conselhos Federais de Educação. Atendendo a um público considerável a escola conta com 294 alunos no Ensino Infantil e 965 alunos no Ensino Fundamental.

A proposta da escola é expansiva, buscando atender o maior número de alunos. Para muitas famílias esta instituição foi como um norte entre tantas dificuldades e incertezas. Uma mãe de aluno deficiente relata emocionada que

O CEEIGEF surgiu na minha vida num momento muito, muito importante, no qual eu deveria escolher a primeira escola para meu filho Antônio Carlos estudar, e foi lá que não só Antônio, mas Marcos e Cláudio! Foi lá que meus filhos aprenderam a tratar por igual, crianças com necessidades especiais, tenho muito orgulho dos primeiros anos escolares dos meus filhos. Gostaria muito de poder ajudar financeiramente essa instituição, que deveria ser mais assistida pelos governantes.

Considerado o relato da experiência desta mãe percebe-se como é difícil para as famílias encontrar uma escola que acolha, eduque e respeite as deficiências e diferenças, principalmente no ingresso dos filhos na escola pela primeira vez. Diante disso percebemos que “a inclusão de todos na escola, independente do seu talento ou deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e para a sociedade em geral”. (FERREIRA, 2007, p. 554). Na comunidade escolar do CEEIGEF a inclusão é uma questão humana e social muito mais que técnica.

Sabe-se que

o sistema educacional, em termos gerais, parece estar cristalizado e institucionalizado para lidar apenas com a homogeneidade, porque esta não apresenta nenhum perigo, já que não põe em dúvida valores, verdades e, principalmente, hábitos tradicionais. (FERREIRA, 2007, p. 549)

Baseada nessa assertiva é importante salientar que as deficiências na maioria das vezes assustam as pessoas e até mesmo as escolas, sendo alegado despreparo e inexperiência muitas escolas ficam omissas. O CEEIGEF reconhece os desafios de educar em uma perspectiva inclusiva, mas se aventura na luta constata na defesa de direitos iguais ao acesso a educação. Considerando que

as especificidades da inserção do aluno com deficiência no ensino regular vão depender do contexto social em que se articula do compromisso dos profissionais em favorecer novas oportunidades de aprendizagem, de relacionamentos e de independência para os alunos sujeitos à exclusão. (FERREIRA, 2007, p. 554)

Nessa direção, cabe destacar que o CEEIGEF, na tarefa de incluir, faz um caminho de busca e ao mesmo tempo de preparo e aquisição de experiência na forma de incluir e educar, transformando e se reinventando a cada nova demanda.

3.2 Entre sonho e realidade: Inclusão e práxis no CEEIGEF

O Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira é uma instituição filantrópica que se propõe a receber alunos com deficiências desejosos de frequentar o Ensino Infantil e Fundamental. As aulas acontecem em salas de aulas comuns para todos os alunos, sem distinção. Essa é

uma das maiores preocupações dos professores nos últimos anos tem sido como ensinar alunos com deficiências em suas turmas comuns, uma vez que isso requer reformulação nas práticas pedagógicas tradicionais. Por ser uma nova forma de conceber a educação dessas pessoas, tem implicações para com a formação de todos os profissionais que atuam no ensino. A Educação Inclusiva poderá provocar principalmente dois tipos de reação dos professores: a primeira é a de recusar tais alunos em suas salas, podendo tal recusa ser explícita ou velada. A segunda e, talvez a mais difícil, seria aceitar e buscar melhores práticas. (CAPELLINI e MENDES, 2007, p.114)

Nesse sentido, compreende-se como é complexo delimitar uma proposta de ações práticas para a educação inclusiva, dada a heterogeneidade dos alunos e deficiências. Essa multiplicidade de realidades pode assustar e causar repulsa entre os professores, pois os mesmos nem sempre passam por um processo de formação adequado para compreender e superar as dificuldades de um ensino pautado na inclusão.

Sabe-se que “uma das reações mais comuns por parte dos professores é apontar que não estão preparados para trabalhar as diferenças nas escolas” (CAPELLINI e MENDES, 2007, p.115). Isso porque ainda se padece de um desconhecimento acerca do ensino para alunos deficientes, são muitos silêncios e lacunas nesse campo. No CEEIGEF os professores exercem seu trabalho guiados pelo objetivo de

proporcionar ensino de qualidade a sua clientela escolar exercitando a democracia no sentido de que todos os participantes tenham liberdade de opinião, uma vez que o corpo docente com a coordenação da supervisão escolar organiza seu trabalho baseados em temas geradores, promovendo a interdisciplinaridade e transversalidade dos conteúdos, procurando superar as dificuldades com a participação e responsabilidade do aluno” (Projeto Político Pedagógico).

Diante de tais incertezas o CEEIGEF opta por um ensino único para aluno diversos, acreditando que a própria convivência entre os alunos pode ser um mecanismo inclusivo, um suporte para superar as barreiras impostas à deficiência. No CEEIGEF não podemos falar em ensino inclusivo do tipo colaborativo, pois nas salas de aula encontramos professoras trabalhando com alunos deficientes e não deficientes. Não possui professoras rotuladas e específicas para deficientes. Sobre ensino inclusivo colaborativo, é importante destacar que

Bauwens, Hourcade e Friend (1989) foram os primeiros a descrever uma associação entre professores do ensino regular e especial, e nomearam essa relação de ensino colaborativo. Cook e Friend (1995) abreviaram o termo “ensino colaborativo” para “coensino” e, progressivamente, clarearam as características inerentes a uma verdadeira relação de colaboração, definindo coensino como: “dois ou mais profissionais dando instruções substantivas para um diverso ou misto grupo de alunos num único espaço físico. (MENDES e ALMEIDA, 2011, p.84).

Partindo dessa assertiva percebemos que o ensino colaborativo, em uma forma conceitual, remonta a década de 1990. Tal modalidade é referente a prática de unir dois professores em uma mesma sala de aula com o objetivo de ensinar a um público diverso.

Apesar de voltar o ensino para um público diverso no CEEIGEF não existe uma caracterização de professores voltados para o ensino regular e outros voltados para a educação inclusiva. Os professores buscam formação de acordo com a demanda de sua sala, uma vez que “a educação em seu contexto histórico teve métodos e técnicas que determinaram o perfil da prática a ser elaborada no espaço físico escolar para a formação do homem”. (CAPELLINI e MENDES, 2007, p.116).

Sabendo que sempre “a prática pedagógica está vinculada a uma tendência pedagógica que, por sua vez, está vinculada à história e ao contexto social, fatores

influentes no processo educacional”. (CAPELLINI e MENDES, 2007, p.116), é fácil compreender porque no campo da Educação Inclusiva, temos muitas buscas, tentativas e acomodações de iniciativas e práticas com o objetivo de ter um ensino satisfatório, mas acima de tudo como uma forma de lidar com as demandas surgidas. Como alternativa para atender as demandas, surge a modalidade colaborativa. Assim,

o ensino colaborativo ou coensino é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes. Ele emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, como um modo de apoiar a escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Assim, a invés dos alunos com necessidades educacionais especiais irem para classes especiais ou de recursos, é o professor especializado que vai até a classe comum na qual o aluno está inserido colaborar com o professor do ensino regular. (MENDES e ALMEIDA, 2011, p.85).

Considerando tal afirmação, percebe-se que o ensino colaborativo traça uma forma de intervenção que não se restringe a ação em sala de aula, mas pensa desde o planejamento e a elaboração dos planos de aula. É uma associação que objetiva reunir esforços para o processo de ensino e aprendizagem de uma forma sistemática e integral.

Ensinar requer uma base teórica sólida, pois a prática é um contexto complexo que requer análise na intervenção criativa constante. Desse modo, a prática precisa ser pensada e questionada. Diante disso, é necessário pensar sobre

o que significa pensar teoricamente uma prática? De acordo com Chauí (1995) significa identificar, analisar, avaliar os fundamentos de nosso fazer. O professor, por se defrontar com uma nova realidade, precisa saber criar meios para reformular sua prática e adaptá-la às novas situações de ensino, bem como atuar como sujeito da sua própria formação, ou seja, autoformando-se. (CAPELLINI e MENDES, 2007, p.118).

Partindo de tal pressuposto compreende-se que a prática precisa ser marcada por sentidos, símbolos e referenciais sólidos devendo ser revisitada e questionada constantemente. Uma boa prática é fruto de uma contínua análise e reformulação, atendendo e respondendo a realidade da sala de aula e do seu respectivo público.

Não se pode pensar uma prática isolada das vivências e das especificidades do seu público. Para o sucesso da prática é fundamental pensar sobre ela e

pensar a prática significa refletir sobre o que está ocorrendo em sala de aula, considerando as condições em que o trabalho pedagógico se desenvolve na escola e tomar decisões sobre a melhor forma de orientar a aprendizagem dos alunos. Um professor que tematiza a prática é aquele que se abre para a discussão do que realiza com seus alunos, que sabe fazer e utilizar registros escritos sobre os planos e os resultados de suas aulas, que tem condições de compartilhar dúvidas e questionamentos com seus colegas de trabalho, procurando e oferecendo auxílio para a construção de propostas de ensino cada vez mais efetivas. (CAPELLINI e MENDES, 2007, p.116).

Diante desta reflexão, sabe-se que pensar a prática é uma maneira de agregar qualidade ao ensino, de estabelecer permanências e mudanças nas metodologias de ensino. Esse pensar precisa ser coletivo, mas também subjetivo, sendo uma análise de cada professor sobre sua própria atuação, mas com toda a escola.

No CEEIGEF esse pensar sobre a prática ocorre entre outras maneiras em forma de reuniões de planejamento e nas reuniões de conselho de classe. Nessas reuniões os professores pontuam sobre rendimento e sucesso das aulas, o andamento do processo de ensino e aprendizagem e de forma dialógica ocorre uma reflexão sobre o contexto educacional em geral, a depender do contexto são formuladas intervenções e modificações.

É muito importante trazer a preocupação com a prática para a cena escolar, uma vez que

essa tematização da prática, como processo permanente de formação profissional, implica uma preocupação cotidiana de leitura do contexto no qual as ações pedagógicas são propostas, bem como das aprendizagens que os alunos desenvolvem em função dessas propostas. Essa leitura e reflexão são necessárias para que o professor tenha condições de avaliar permanentemente suas ações, tomando decisões sobre a melhor forma de intervenção para que o trabalho pedagógico caminhe na direção dos objetivos gerais da educação básica (CAPELLINI e MENDES, 2007, p.116).

Assim sendo pensar a prática é uma forma de avaliação dos professores por eles mesmos, uma forma de aprimoramento da qualificação docente. Uma forma de

ler e interpretar sua postura docente para além do caráter teórico e burocrático do ensino, o que contribui para uma maior qualidade da atuação docente em sala de aula.

É fundamental reconhecer que “a prática do professor não deve postular apenas a transmissão, tendo de um lado o transmissor (professor) e, de outro, o receptor (aluno), mas sim, deve levar ao ‘aprender a aprender’”. (CAPELLINI e MENDES, 2007, p.116). Isso fica ainda mais evidente e necessário na educação inclusiva, pois o professor não pode tomar a deficiência como fardo e nem tão pouco como barreira para o ensino e aprendizagem. É preciso investir em um ensino transformador e revelador onde seja possível “proporcionar a formação de um sujeito participativo no trabalho, produtivo, não-reprodutivo, consciente de seus atos”.(CAPELLINI e MENDES, 2007, p.116).

É imprescindível uma busca de aperfeiçoamento e formação pedagógica continuada para os professores, portanto é

é fundamental que o educador seja auxiliado a refletir sobre sua prática, a organizar suas próprias teorias, a compreender as origens de suas crenças para que possa tornar-se pesquisador de sua ação, um profissional reflexivo que, melhorando o seu trabalho em sala de aula, recrie constantemente sua prática. Ressalta-se, assim, a importância das trocas de experiências, dos debates com os pares, do apoio de equipes de suporte. (CAPELLINI e MENDES, 2007, p.116)

Considerando tal proposição faz-se necessário destacar a importância do professor ser também pesquisador, engajado na problematização constante de sua prática no ensino inclusivo, como forma de otimizar sua participação em sala de aula e sua capacidade de contribuição na formação intelectual e cidadã dos seus discentes.

Tudo isso se positiva a partir do exame, análise e reflexão de sua prática docente, mas também através de trocas de experiências entre colegas da área. Além disso, é necessário saber ouvir as demandas ditas pelo público escolar, mas acima de tudo saber ouvir as mensagens implícitas, ditas no dia a dia, através do comportamento, do olhar e das respostas dos alunos no universo múltiplo e rico chamado sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre inclusão é uma tarefa desafiadora, dada a atualidade, pertinência e complexidade do tema. Assim sendo, não se pretende abarcar de forma extensa todas as problematizações existentes no campo de discussão, nem tão pouco resolver as divergências que permeiam as discussões sobre a temática.

A inclusão é um debate relativamente novo na esfera social e acadêmica. Sabe-se que a necessidade de inclusão escolar e a respectiva busca pela sua implementação tem sido uma cainhada árdua e uma luta constante na história. Apesar de forte, tal luta tem esbarrado com muitos obstáculos ao longo do tempo, de natureza financeira, política e ideológica. Além destas tem-se muitas outras dificuldades de concepção que se refere a própria aceitação e entendimento das demandas da inclusão que afetam diretamente as escolas do nosso contexto de vivência.

Enquanto acepção e concepção a inclusão é produto de práticas sociais, intelectuais e culturais de construção, que elege, legitima e expõe uma verdade concebida por instâncias e grupos de poder ancoradas por um saber e um discurso.

Na prática a inclusão é tarefa desafiadora quem impõe o êxito do ensino baseado na intersecção de alunos com necessidades específicas e múltiplas. Tarefa árdua e prazerosa feita a custa da união dos esforços da escola, da família e da sociedade.

A ideia de inclusão enquanto articulação conceitual está amparada e perpassada por princípios jurídicos e filosóficos, por vezes até conflitantes. De forma geral, incluir envolve a busca e a garantia dos direitos à convivência entre os sujeitos diferentes, sejam por características físicas ou psicológicas garantindo a estes o acesso à educação.

Inclusão é luta, desejo, busca e ação no sentido de educar e formar cidadãos, com e sem deficiência, criando as condições necessárias para a prática um ensino agregador e abrangente.

Incluir é uma resposta corajosa às demandas educacionais e sociais que se colocam no contexto contemporâneo. Algumas instituições escolares evitam um pouco trilhar o caminho, mas outras traçam e efetivam uma caminhada de luta e de

reivindicações nessa área, como é o caso do Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira (CEEIGEF).

O CEEIGEF não se preocupa apenas com a inclusão, não é uma questão de contemplar essa necessidade. A inclusão é a bandeira de luta da escola e a sua própria razão de ser, sendo que a instituição nasce não só do desejo de educar, mas com o compromisso de fazer inclusão na sociedade a partir da realidade social do município de Sousa-PB.

Assim compreende-se que a proposta educacional do Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira é baseada na propositura da inclusão a partir da diversidade. Isso é feito a partir do não estabelecimento de limites de diferença na escola para os alunos. Desse modo a escola se constrói a partir de uma efetivação de ações práticas para a educação inclusiva, dada a heterogeneidade dos alunos e deficiências.

No Centro de Educação Especial Integrada Geny Ferreira inclusão é meta, é busca, mas acima de tudo é concretização. Seus frutos aparecem diariamente no exercício prático da docência, que por si só é uma tarefa política e revolucionária. Sabemos que ainda há muito por ser feito e que o Estado ainda não apresenta políticas públicas satisfatórias em relação a essa problemática. Nesse sentido, instituições como o CEEIGEF são espaços isolados que atuam nessa perspectiva, mas que constituem vivências importantes para famílias que tem experimentado essa educação diferenciada.

Não pretendemos aqui dar conta de todas as discussões e sabemos que muitas lacunas precisam ser preenchidas, o que nos abre a possibilidade de aprofundamento dessas questões em trabalhos futuros, esse é o nosso desejo, dar continuidade as leituras e investigações nessa área, tão estudada e tão carente de respostas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. In: Áurea da Paz Pinheiro e Sandra C. A. Pelegrini. (Org.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. 1 ed. Teresina: EDUFPI, 2010, v. 1, p. 55-72.

ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. P.; PEREIRA, M. R. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso**. Revista Brasileira de Educação, v.14 n.40, p.116-129, 2009.

BATALLA, Denise Valduga. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. **Fundamentos em Humanidades**, v. 10, n. 19, p. 77-89, 2009.

CANÁRIO, Rui. **A Escola tem futuro? Das promessas às incertezas**. Porto Alegre: Artmed, 2006

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. O Ensino Colaborativo Favorecendo O Desenvolvimento Profissional Para A Inclusão Escolar. **EducereetEducare**, v. 2, n. 4, p. 113-128, 2007.

DÍAZ, Esther. Os dispositivos de poder. In: **A filosofia de Michel Foucault**. 1.Ed. São Paulo: Unesp, 2012.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DO NASCIMENTO, Antônio Carlos Osório. **Estranho medo da inclusão**. Educação (UFSM), v. 32, n. 1, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Comunicações**, v. 10, n. 1, p. 134-142, 2002.

_____; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. **Revista Benjamin Constant**, v. 10, n. 29, p. 3-8, 2004

HIRST, Paul. **O que é ensinar**. In.: Cadernos de História e Filosofia da Educação. Lisboa: v.6, 2001.

CESÁR, Margarida. A Escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos: algumas reflexões sobre experiências internacionais. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 2, 2007.

LOPES, Maura Corcini. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA- NETO, Alfredo. **Foucault: Filosofia e Política**. Belo Horizonte: Autêntica 2011.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão**. São Paulo: Em perspectiva, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2002.

_____ ; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, p. 80-93, 2011.

SARTORETTO, Mara Lúcia. **Inclusão: Da concepção à ação**. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petrópolis. Vozes, 2011.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**, v. 8, n. 8, 2006.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

FERREIRA. Maria Elisa Caputo. O Enigma da Inclusão: Das intenções as práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 2, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1

Entrevista 1

Nome: Geny Ferreira de Sousa. **Idade:** 64 anos. **Profissão:** Bancária aposentada.

Luanna: Como surgiu o projeto de construir o CEEIGEF?

Geny: Na verdade, não surgiu, mas imaginávamos que como nós erramos na época presidente de bairros e eu tenho visão ainda hoje que ser presidente ou qualquer representação de comunidades, de associações você tem que fazer algo no geral para a comunidade e não individualizado e nos pensamos em colocar uma escola no nosso bairro para os nossos filhos, os nossos moradores, ai foi quando surgiu é o não era ainda CEEIGEF, foi Saci Pererê que nos trabalhamos uns quatro ou cinco anos e depois foi transformado por razões que lá na frente eu posso explicar. Mas a necessidade propriamente dita foi investir na educação da nossa comunidade, eu sempre acredito que cada um tem que cuidar do espaço onde vive, onde moramos, da sua casa, do seu bairro, da sua rua e por ai vai e graças a Deus deu certo.

Luanna: Como você pensa a inclusão e o que é inclusão?

Geny: Agora a inclusão, nos já pensamos bem depois por uma necessidade de uma mãe que nos procurou alegando que não tinha encontrado uma escola para aceitar o filho dele, até então, até esse momento nós não tínhamos essa ideia de trabalhar com pessoas com deficiência. Mas aí eu vi que tinha alguém que tinha mais necessidade do que eu que tinha seis filhos na época do que outros que não podia ir para uma escola particular e ela podia pagar a escola particular e ela tem um poder aquisitivo bom. Mas o que ela não tinha para o filho dela era a oportunidade, aí eu disse a ela mulher, pois nos vamos trabalhar com pessoas que tenha deficiência, ela disse: eu não acredito não. Foi uma coisa muito rápida, muito decisiva e ai veio o sofrimento depois sofrimento entre aspas. Pois a nossa preocupação e a educação

inclusiva não é trazer uma pessoa com deficiência pra sala de aula, não é trazer um surdo, um cadeirante, um autista e etc. Mas é incluir mesmo de verdade, é respeitar o marginalizado, é respeitar os homossexuais, as trans e etc. Tanto como aluno, tanto quanto profissional ai essa luta de incluir de fazer educação inclusiva é árdua e é continua como toda luta é continua. Mas eu acho que a de incluir é ainda mais porque as pessoas confundem muito, as pessoas veem assim ah porque agora tem que fazer, é lei. Sim é lei, mas essa lei tá sendo respeitada? A gente sabe que tem muita lei que não é respeitada como na verdade a lei de Salamanca não tem sido respeitada e foi publicada em 1888 e ela não é respeitada; Quantas crianças ficam fora de sala de aula porque não encontra espaço e quando encontram não são respeitados Então fazer educação inclusiva, quem é realmente da educação inclusiva, eu acho que a educação inclusiva é digamos assim, é a única forma que você tem de lutar pela igualdade.

Luanna: Qual a maior dificuldade para se fazer a educação inclusiva?

Geny: É a família! A família começa sem acreditar que o seu filho tem alguma deficiência, a família tenta negar, a família tenta fazer de conta que não dá pra ninguém perceber e sem sombra de duvidas, se dentro da família tem essa dificuldade imagine na sociedade. Aí sim, obviamente a sociedade no todo é quem rejeita, é quem em preconceito, é quem não acredita, é quem tenta desviar, digamos assim, as oportunidades que tanto o profissional, como o aluno tem na vida. Mas eu não upar somente a sociedade, porque antes da sociedade, já vem a família. E não a família que tem que abraçar, tem que acreditar, tem que admitir. Não é pra se sentir frustrado, não é pra se sentir humilhado. Mas é pra se sentir um privilegiado, arregaçar as mangas e ir pra luta e dai então quando a família começar a aceitar e partir para a luta não teremos dificuldade. Disso eu tenho certeza.

Luanna: Como a inclusão aparece dentro do projeto pedagógico da escola?

Geny: Ela apareceu dessa forma como eu já disse. Inicialmente apareceu alguém que precisava, precisava por precisar não era o financeiro, não era digamos assim o conhecimento. Mas era a oportunidade e aparece hoje graças a deus alguns portadores, algumas pessoas com deficiência, que já passaram aqui conosco, já estudaram conosco e que hoje voltaram para cá pra trabalhar conosco, é quando eu

vejo as pessoas que em outras deficiências também trabalhando conosco e quando eu vejo a realidade da inclusão propriamente dito e é você dar oportunidade a todos. Aqui na nossa escola, nos trabalhamos com todas, todo tipo de aluno e nós trabalhamos com todo tipo de professor. Eu adoro quando eu vejo alguém que tem algum problema, digamos assim lá ora e que pra dar aula tem que, não consegue, o aluno gritando, assoviando, jogando pedra, fazendo não sei que... Aqui não, professor aqui é respeitado, seja qual for a situação dele, desde que ele saiba dar aula e ele respeite o aluno, que ele queira crescer, que ele tenha algo parra mostrar não interessa a deficiência dele ou a diferença. Porque a inclusão trás para dentro da sala de aula e para a sociedade também o deficiente e o diferente. Eu acho que o incluir os diferentes é bem mais complicado do que os deficientes, porque as pessoas tem mania a querer achar que as escolhas ou as decisões tem que ser obrigado a dar satisfação a todo mundo. Não eu vivo como eu quero, agora eu tenho que servir e tenho que ser respeitado e a educação inclusiva é isso. É fazer educação inclusiva é servir é ser respeitada é fazer com respeito, não é fazer por fazer e nem é dizer que faz sem fazer. Tem que ser feita, isso é uma coisa muito séria. Eu acho até que como se fosse. Você dizer que faz educação inclusiva é você jurar, é você estar na igreja, é você querer se por diante de deus para um compromisso com a tua consciência. Porque eu não posso dizer que faço educação inclusiva do portão pra dentro. Aí depois que fecho a porta que ninguém tá vendo eu fosse agir diferente eu tenho que agir bem melhor a meus olhos e aos olhos do meu alunado, dos meus professores, educandos e educadores, eu tenho que agir bem melhor do que eu deixo transparecer. O que vale ai é a nossa paz, é a nossa aceitação é o valor que o ser humano tem e que dificilmente é respeitado.

ANEXO 2

Entrevista 2

Nome: Cleude de Andrade Abrantes. **Idade:** 53 anos. **Profissão:** professora.

Luanna: Entre a teoria e prática, entre o que você idealizou e o que conseguiu de fato viabilizar e o que mudou para a formação da prática do CEEIGEF na construção de uma escola através da prática docente?

Cleude: Se a gente analisar a escola no início onde a gente iniciou que era uma casinha pequena com cinco alunos, turmas com seis. E hoje a gente vê o CEEIGEF usando sete anexos mais o início de uma escola nova e com mais de mil e quatrocentos alunos. Então a gente tá vendo que vem progredindo a cada ano, então na minha concepção, está superando as expectativas da gente de um CEEIGEF do jeito que a gente quer idealizar. Não chegamos lá ainda, porém estamos perto.

Luanna: Com essas diferenças entre inclusão na teoria e na prática. É possível ver essas diferenças?

Cleude: Infelizmente, diante de tantas leis, de tanto a televisão falar de inclusão, o que a gente tá vendo é que os gestores do país, da nossa nação e de todos os países estão jogando toda a responsabilidade na escola, só que a escola não foi preparada por ninguém e isso tá deixando uma lacuna muito grande. Inclusão não é colocar o aluno na sala de aula sem dar condições de igualdade dele aprender, inclusão na minha concepção é você levar o aluno pra sala de aula e dar condições dele aprender dentro do seu limite e aí o CEEIGEF entra, a gente faz a nossa parte, a gente sabe que o nosso aluno ele não tem 100 por cento de atendimento, porque nos precisaríamos de muitas autoridades no termo de saúde pra trabalhar junto ao professor, a gente precisaria de um psicólogo, de um fonoaudiólogo, de pessoas, assistente social, isso a gente não tem esse apoio, falta esse apoio dos gestores, na minha opinião é dos gestores, do município, do Estado, de tudo. Trazer pra sala de aula, essa equipe multifuncional, pra trabalhar junto ao professor.

Luanna: O Projeto Pedagógico do CEEIGEF é repensado e revisado com frequência?

Cleude: O correto é de ano em ano. Como a gente tem uma proposta de material escolhido pelo professor e os livros que a gente uso e os projetos que é de longo alcance, que é a questão do trânsito, a questão de higiene, a questão de leitura. Então a gente só faz essa revisão na realidade de dois e dois anos. Eu acho que é o necessário.

Luanna: Quem participa da construção do projeto pedagógico da escola?

Cleude: Os professores, direção, coordenação e supervisão. A gente sabe que teria que trazer a questão da comunidade, mas a nossa comunidade já vive tão sofrida com tantas coisas, que a gente vê que falta esse interesse, apesar que no nosso conceito de educação, do conceito de educação, da escola, da instituição nós temos representantes dos pais, representantes de agentes de saúde, o pessoal da comunidade participa e na hora que a gente precisa, o conselho, ele se reúne e aí a gente vê opinião também da sociedade, mas no projeto hoje, a gente só usa a equipe pedagógica mesmo da escola.

Luanna: Quais os perfis dos discentes do CEEIGEF?

Cleude: Eu não diria que a gente tem um perfil já montadozinho. Eu acho que essas pessoas deveriam ter a boa vontade, a criatividade, estar apto as regras da nossa escola, uma pessoa que entenda que esse projeto, a importância que tem esse projeto, assim como você que foi nossa aluna e que voltou e hoje é nossa professora. Muitos eram alunos daqui e estão voltando, eu acho que são pessoas que sabem da importância que é isso daqui pra sociedade de Sousa e principalmente pra o nosso alunado em si. Eu acho que esse professor, ele tem que ter atitudes.

ANEXO 3

Entrevista 3

Nome: Elisiane Ferreira de Sousa. **Idade:** 38anos. **Profissão:** professora.

Luanna: Há quanto você trabalha no CEEIGEF?

Elisiane: Trabalhei no CEEIGEF durante 17 anos me ausentei uns 3 anos e retornei em 2017.

Luanna: Qual o seu projeto doente dentro da escola?

Elisiane: Eu não tenho um projeto individual, trabalho em função do projeto geral, que é oferecer uma educação de qualidade, tentando formar cidadãos críticos, incentivando-os a buscar seus objetivos, e assim, acreditando no seu potencial.

Luanna: O que é inclusão para você?

Elisiane: Inclusão é celebrar a diversidade e respeitar as diferenças individuais. É o processo em que permitimos entender e reconhecer o outro (interagir)...Tendo o privilegio de conviver com diferentes pessoas.

Luanna: Como o desejo de fazer inclusão orienta seu projeto docente?

Elisiane: Buscando o conhecimento e a prática necessária para atender as devidas necessidades Do “incluir”.

Luanna: Como você enxerga a inclusão acontecendo na escola?

Elisiane: Apesar das dificuldades enfrentadas, percebo as muitas estratégias para edificar um ensino com oportunidades igualitárias de acordo com as limitações e necessidades.

Luanna: Quais as deficiências mais recorrentes na escola?

Elisiane: Deficiência intelectual, Transtornos global do desenvolvimento, TDAH, Distúrbios de aprendizagem, Deficiência Múltipla, Síndrome de Down, Deficiências: Físicas, Auditiva, Visual, Surdez e Baixa Visão.

Luanna: Como são os perfis dos seus alunos?

Elisiane: Estudiosos/ Dedicados, carentes (de apoio da família que joga a responsabilidade na escola), ansiosos, “carrega livros”, “os conversados”, estáveis, distantes/desinteressados.

Luanna: Para você qual a maior contribuição pra o fazer inclusivo do CEEIGEF?

Elisiane: Acredito que seja a parceria e a vontade de fazer acontecer.

Luanna: Como voce lida com a diversidade dos alunos em sala de aula?

Elisiane: Propiciando aos alunos um ambiente que priorize e estimule o respeito à diversidade, desenvolvendo o espírito de coletividade e respeito às diferenças individuais de toda a comunidade escolar.

Luanna: Como os alunos são incluídos na sala de aula do CEEIGEF?

Elisiane: Pensando no potencial de cada aluno, valorizando suas habilidades e respeitando as diferenças, limitações e múltiplas peculiaridades.

Luanna: Qual o maio desafio para promover a inclusão?

Elisiane: A não aceitação da família e conseqüentemente da sociedade, a alta de recursos financeiros, a falta de qualificação dos docentes.

Luanna: Entre o que você planeja e o que positiva na sala de aula, em termos de inclusão, existe muitas diferenças?

Elisiane: As diferenças são relativas, com ou sem inclusão, mas como o planejamento é flexível, “refazemos” partindo do ponto que precisa ser trabalhado mudanças e/ou adaptando a metodologia até atingir nossos objetivos.

ANEXO 4

Entrevista 4

Nome: Alana Carla Dias Lemos. **Idade:** 15 anos. **Profissão:** Estudante.

Luanna: Alana, a quanto tempo você estuda no CEEIGEF?

Alana: faz seis anos.

Luanna: Quem lhe apresentou o CEEIGEF e quem lhe fez chegar até lá?

Alana: Foi antigo colega da minha escola, antes de eu vir pra cá ele sempre falou muito bem do lugar e eu quis conhecer.

Luanna: Antes do CEEIGEF você frequentou outra escola não é mesmo? Qual?

Alana: É. A Escolinha São Francisco.

Luanna: Você se dá bem com os seus colegas?

Alana: Sim, bastante!

Luanna: Você gosta de aulas da escola?

Alana: Gosto!

Luanna: Como são seus professores?

Alana: São profissionais muito qualificados, que estão sempre tirando duvida, se preocupam com o conhecimento do aluno.

Luanna: O que você nota de diferente entre o CEEIGEF e as outras escolas?

Alana: Eu noto que o acolhimento com os alunos é maior que em outras, é isso o principal.

Luanna: O que o CEEIGEF representa na sua vida?

Alana: Representa a base de um conhecimento de uma boa parte, que eu já vivi aqui. É todo o meu conhecimento, adquiri muita maturidade, por estudar aqui, respeitar os outros também.

Luanna: Como você se sente no CEEIGEF?

Alana: Eu me sinto acolhida, desde sempre, me sinto uma pessoa melhor do que antes de entrar aqui, é isso!

Luanna: O que você mais gosta na escola?

Alana: Eu gosto do respeito que há entre todos desde o funcionário a diretora, gosto também como eu disse antes, o acolhimento que é enorme e professores que são muito qualificados e é uma ótima escola.